

## EDITORIAL

É com grata satisfação que anunciamos a presente edição da Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade. Neste ano, o periódico completa 10 anos de existência e apoio à ciência. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos aqueles que concorreram para que isso pudesse acontecer.

Ainda em meio à pandemia da COVID-19, esta edição contém oito estudos voltados à área ambiental.

Inicialmente, trazemos dois estudos dirigidos à educação ambiental no ensino básico. O primeiro, intitulado *Educação ambiental e reutilização de resíduos orgânicos: uso de compostagem em um colégio da rede estadual do Paraná*, descreve a experiência da construção de uma composteira a partir dos resíduos orgânicos produzidos em um campus escolar, durante o ano de 2018. O segundo, *Análise da percepção ambiental de alunos do ensino básico acerca da qualidade da água*, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada na cidade de Natal/RN com estudantes da educação básica acerca dos conhecimentos — muitas vezes empíricos — sobre o tema da qualidade da água. É importante ressaltar que as pesquisas em Educação Ambiental em espaços formais de ensino são fundamentais para se verificar o grau de profundidade com que esse tema é tratado no currículo escolar. Tradicionalmente, a educação ambiental é abordada em disciplinas bastante específicas como, por exemplo, ciências/biologia e geografia, fato que é reforçado pelos autores do segundo artigo.

A própria pandemia da COVID-19 traz à tona problemas ambientais elementares, que devem ser discutidos em todas as matérias, o que, de fato, não se faz. Nesse sentido, o conhecimento formal adquirido na escola deve ser fortalecido pelos professores — sobrepondo o conhecimento tácito ou popular — de maneira que possam trabalhar para a formação de um estudante crítico e reflexivo, como é preconizado pela própria Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, o terceiro artigo tem como objetivo explicar “a importância de alternativas educativas na educação ambiental, para uma aprendizagem mais próxima às questões atuais — que provoque um olhar mais integrador do sujeito em relação ao seu local de vivência”. Fez-se necessária a citação direta deste trecho visto que explica muito bem o artigo intitulado *Metodologias interdisciplinares para uma nova educação ambiental*. Novas abordagens são fundamentalmente necessárias visto que se tem observado maior complexidade nas problemáticas ambientais. Como se disse anteriormente, a formação de um cidadão crítico e reflexivo também depende da maneira como ele adquire conhecimento sobre

um tema dado. A criticidade, a reflexão e a sensibilização se desenvolvem na medida em que o observador se depara com problemas e decide sobre formas com que pode contribuir para a sua mitigação.

Aliás, o entendimento da educação ambiental com ferramenta para a promoção da sustentabilidade é algo que tem sido muito bem aceito pela comunidade científica e não-científica. Nesse contexto, a cultura dos povos tradicionais parece ser um excelente exemplo de desenvolvimento sustentável. É por esse viés que o artigo *Perspectivismo ameríndio como modelo de desenvolvimento e sustentabilidade: giro descolonizador sobre a natureza* se apresenta. Se trata de uma abordagem da perspectiva de povos ameríndios — Yanomamis e Andinos — sobre a natureza, em suas culturas multinaturalistas, em oposição à visão ocidental, que preconiza o desenvolvimento sob a ótica capitalista e utilitarista dos meios naturais.

É importante ressaltar que os povos indígenas vêm sofrendo muitos ataques (políticos, culturais e socioambientais) nos últimos anos. As políticas públicas de proteção desses povos tradicionais e tudo o que vem atrelado a eles têm se enfraquecido a olhos vistos. Assim, são notórias as injustiças ambientais às quais eles têm sido submetidos. A pesquisa *Utopia e distopia da ecologia política, meio ambiente e justiça ambiental* aborda justamente esse aspecto, frente ao qual o Estado se mostra ausente, o que afeta as múltiplas dimensões socioambientais, políticas, éticas e culturais que se apresentam com a degradação ambiental, não somente em territórios protegidos, mas em todo o país.

Diferentes estudos têm demonstrado que tais políticas ineficientes na perspectiva socioambiental interferem diretamente em nossas vidas e convívios. Um dos instrumentos dessas políticas que têm por objetivo minimizar os impactos ambientais em grandes cidades são os Estatutos das Cidades, estabelecidos juridicamente por meio da Lei 10.257/2001. A inexistência ou mesmo a aplicação mínima desses planos diretores perpetuam as já discutidas injustiças ambientais para a população do nosso território. É isso que examina o artigo *Análise do plano diretor participativo de Ibimirim, Pernambuco: ineficiências e desafios*, em que os autores analisam o plano diretor da referida cidade e seus desdobramentos, para a ampliação salutar do referido território.

As consequências da má administração urbana e da não aplicação dos seus respectivos planos diretores levam a inúmeras consequências. Entre elas, podemos destacar a deficiência de serviços básicos de saneamento como, por exemplo, fornecimento de água potável, gestão dos resíduos sólidos e tratamento de efluentes domésticos e industriais. É justamente nesse contexto que o artigo *Impactos ambientais macroscópicos e qualidade microbiológica das águas em nascentes da área urbana de Santo Antônio do Monte – MG* se insere. A pesquisa

avaliou a qualidade da água de nascentes do referido local por meio de análises microbiológicas. Constatou-se o que se comprova na maioria dos rios urbanos do país: a presença de coliformes totais e a maioria se enquadrando em baixíssimos níveis de qualidade.

Por fim, este periódico traz uma importante contribuição da agroecologia como ferramenta para minimização dos impactos ambientais. O estudo bibliográfico conduzido por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, intitulado *Homeopatia: uma ferramenta agroecológica*, apresenta a homeopatia como um interessante instrumento de desenvolvimento sustentável no meio rural.

Desejamos ansiosos que estes estudos possam servir significativamente para o engrandecimento da ciência e das pesquisas na área ambiental. Boa leitura.

Rodrigo Berté  
Editor-chefe

Rodrigo de Cássio da Silva  
Editor adjunto